

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Saúde do Brasil Holding S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Saúde do Brasil Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	10



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Saúde do Brasil Holding S.A
São Paulo (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Saúde do Brasil Holding S.A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.






**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 30 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F



Fabiano Agostini
Contador CRC SC-029999/O

Saúde do Brasil Holding S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	54	18.917	6.454
Contas a receber	5	-	-	51.666	43.889
Estoques	6	-	-	5.611	5.295
Impostos a recuperar	7	48	48	6.384	5.724
Partes relacionadas	9	197	-	325	-
Adiantamentos fornecedores		-	-	638	1.211
Outros ativos		116	-	3.114	5.962
Total do ativo circulante		363	102	86.655	68.535
Não circulante					
Impostos diferidos	7.1	1.290	-	9.146	1.505
Instrumentos financeiros derivativo		-	-	14.031	-
Garantia de reembolso de contingência	8	-	-	5.094	4.830
Partes relacionadas	9	8.011	1.379	127.546	1.453
Outros créditos		-	-	8	221
Investimentos	10	116.165	120.929	-	-
Imobilizado	11	338	689	26.065	30.251
Intangível	12	1.234	1.324	86.161	87.243
Ativo de direito de uso	13	-	-	14.529	19.932
Total do ativo não circulante		127.038	124.321	282.580	145.435
Total do ativo		127.401	124.423	369.235	213.970

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	1	-	26.435	24.925
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	55.707	445
Arrendamento mercantil	13	-	-	6.531	6.091
Contas a pagar - aquisições de empresas	16	-	-	-	1.616
Obrigações sociais e trabalhistas	17	1	1	4.203	4.692
Partes relacionadas	9	2	-	12.090	-
Obrigações tributárias	18	328	8.212	5.350	14.099
Dividendos a pagar		-	-	75	-
Outros passivos		-	914	78	2.287
Total do passivo circulante		332	9.127	110.469	54.155
Não circulante					
Fornecedores	14	-	-	1.670	3.273
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	111.376	-
Arrendamento mercantil	13	-	-	12.149	17.365
Obrigações tributárias	18	-	-	946	1.142
Partes relacionadas	9	34.411	57.853	34.861	73.053
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	-	-	4.844	4.724
Impostos diferidos	7.1	-	-	-	2.783
Outros passivos		-	-	8	-
Total do passivo não circulante		34.411	57.853	165.854	102.340
Patrimônio líquido					
Capital social e AFAC	20	80.751	55.751	80.751	55.751
Transação de capital		13.370	14.235	13.370	14.235
Reserva legal		657	657	657	657
Prejuízos Acumulados		(2.120)	(13.200)	(2.120)	(13.200)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		92.658	57.443	92.658	57.443
Participação de acionistas não controladores				254	32
Total do patrimônio líquido		92.658	57.443	92.912	57.475
Total do passivo e do patrimônio líquido		127.401	124.423	369.235	213.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	21	-	-	202.959	203.934
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(141.840)	(132.641)
Lucro bruto		-	-	61.119	71.293
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(815)	(1.197)	(44.457)	(50.137)
Despesas com vendas	22	-	-	(392)	(7.533)
Equivalência patrimonial	10.2	2.753	(3.515)	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	23	376	-	1.558	606
		2.314	(4.712)	(43.291)	(57.064)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		2.314	(4.712)	17.828	14.229
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	-	-	1.239	588
Despesas financeiras	24	6.995	(8.227)	(11.050)	(16.443)
Variações cambiais e monetárias	24	-	-	(2.237)	(215)
		6.995	(8.227)	(12.048)	(16.070)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		9.309	(12.939)	5.780	(1.841)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	-	-	(5.360)	(5.031)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	1.290	-	10.356	(6.052)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		10.599	(12.939)	10.776	(12.924)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				10.599	(12.939)
Acionistas não controladores				177	15
Lucro (Prejuízo) por ação - R\$	20.3			0,03943	(0,04814)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	10.599	(12.939)	10.776	(12.924)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	10.599	(12.939)	10.776	(12.924)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores			10.599	(12.939)
Acionistas não controladores			177	15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transações de capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível à acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado		55.751	-	14.179	657	(261)	70.326	31	70.357
Ganho por diluição de participação e outros efeitos de transações entre sócios		-	-	56	-	-	56	-	56
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(12.939)	(12.939)	15	(12.924)
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	(14)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.751	-	14.235	657	(13.200)	57.443	32	57.475
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	25.000	-	-	-	25.000	-	25.000
Transação entre sócios		-	-	(865)	-	-	(865)	45	(820)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.599	10.599	177	10.776
Dividendos de exercícios anteriores		-	-	-	-	481	481	-	481
Saldos em 31 de dezembro de 2024		55.751	25.000	13.370	657	(2.120)	92.658	254	92.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	10.599	(12.939)	10.776	(12.924)
Ajustes para reconciliar lucro do exercício com o caixa (aplicado nas)				
Gerado pelas atividades operacionais:				
Constituição de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, líquida da baixa	-	-	(11.698)	6.039
Depreciação e amortização	441	592	12.740	13.295
Juros e variações monetárias, líquidas	(1.358)	1.358	26.896	5.969
Provisão (reversão) para demandas judiciais e administrativas	-	-	(356)	198
Baixa de ativo permanente	-	(7)	2	275
Ganho com derivativo	-	-	(9.327)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(2.753)	3.515	-	-
Variação de impostos diferidos	(1.290)	-	(10.356)	6.052
(Aumento) diminuição nos ativos:				
Contas a receber	-	-	3.996	(9.870)
Estoques	-	-	(316)	1.329
Impostos a recuperar	-	-	(660)	(1.319)
Outros ativos	-	-	(954)	171
Aumento (diminuição) nos passivos:				
Fornecedores	1	-	(326)	7.784
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(32)	(489)	9
Obrigações tributárias	(6.526)	6.854	(3.348)	15.387
Outros passivos	(914)	915	(1.550)	900
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	-	(12.042)	(3.687)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.806)	(7.037)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(1.800)	256	(818)	22.571
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(1.823)	(10.867)
Pagamento de parcela por aquisição de controlada	-	-	(1.469)	(1.408)
Integralização de capital em controlada	6.652	-	-	-
Transações de capital	-	-	(820)	-
Partes relacionadas	(30.269)	10.782	(152.520)	11.391
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(23.617)	10.782	(156.520)	(884)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.000	-	25.000	-
Captação de empréstimos	-	-	159.002	-
Pagamento de arrendamento mercantil	-	-	(5.651)	(5.471)
Amortização de empréstimo	-	-	(8.803)	(1.062)
Recebimento (pagamento) de dividendos	365	(10.985)	365	(10.985)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	25.365	(10.985)	169.913	(17.518)
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(52)	53	12.463	4.169
Caixa e equivalentes no início do exercício	54	1	6.454	2.285
Caixa e equivalentes no final do exercício	2	54	18.917	6.454
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(52)	53	12.463	4.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Saúde do Brasil Holding S.A. ("Saúde do Brasil", "Companhia" ou "Controladora" e, quando em conjunto com as suas controladas, "Grupo") está sediada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e foi constituída em 25 de maio de 2015, sob o CNPJ/MF 22.932.773/0001-49. A Companhia não possui ações negociadas em bolsa de valores.

A Companhia faz parte do grupo H+ Brasil, grupo formado por um conglomerado de empresas que operam nacionalmente com foco na área da saúde, possuindo clínicas e hospitais oftalmológicos.

Medidas de equacionamento econômico e financeiro

Em 2024 a Companhia manteve uma estratégia de rolagem das suas dívidas para o longo prazo, no entanto realizou transações financeiras para suporte de empresas do grupo, levando a um aumento do capital circulante líquido no exercício.

Esta estratégia possui monitoramento intensivo, a Companhia mantém discussões com bancos e controlador para refinanciamento do endividamento bancário de curto prazo e de suas dívidas de aquisições se necessárias.

Além disso, o Controlador da Companhia, FIP V, sob gestão do Pátria Investimentos, tem atuado diretamente e suportado à Companhia em sua estratégia de refinanciamento do endividamento, inclusive, formalmente apresentou *Comfort Letter* indicando que fornecerá respaldo financeiro caso necessário para suportar os compromissos de curto prazo.

1.1. Principais alterações societárias

1.1.1. Em 2024

Ao longo de 2024 não houve aquisição de empresas pela Companhia.

1.1.2. Em 2023

Participação societária - Saúde do Brasil Holding S.A.

Alteração da participação societária que afetam o grupo H+ e demais minoritários. Redução de 1,29% da participação referente as empresas do grupo, que foram direcionados para os sócios minoritários. Para o ano de 2023, as empresas HOB e Clínicas do Brasil, do grupo H+, possuem 42,31 e 33,69% respectivamente, enquanto os sócios minoritários, possuem os 24% restantes.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia e de suas controladas examinou o conjunto completo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, e aprovaram sua emissão e divulgação em 30 de abril de 2025.

2. Políticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, toda a elaboração está em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“Internationale Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB”, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com normas e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base de elaboração--Continuação

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 – Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 – são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 – são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 – são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controlada e consolidadas. Para as negociações que possuem a moeda em dólar ou variáveis, todas são convertidas para reais, pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais – Continuação

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente, por meio de sua controlada indireta. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem o poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.3.1. Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas - Continuação

2.3.1. Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes--Continuação

Companhia	Controlada direta	Local da operação	Participação (%)			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
<u>Operacionais</u>						
<u>Grupo Saúde do Brasil</u>						
Instituto de Olhos Ltda. ("IOF")	Saúde do Brasil	Salvador/BA	99,99	-	99,99	-
Clínica Oftalmológica de Villas Ltda. ("IOV")	Saúde do Brasil	Lauro de Freitas/BA	64,00	-	64,00	-
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda. ("Dayhorc")	Saúde do Brasil	Salvador/BA	100,00	-	99,99	-
<u>Grupo IOF</u>						
Hospital de Olhos Santa Luzia S/S Ltda. ("HOSL")	IOF	Maceió/AL	-	99,99	-	99,46
Oftalmoclin Hospital de Olhos Ltda. ("Oftalmoclin")	IOF	Salvador/BA	-	99,99	-	99,97
Clinica de Oftalmodiagnostico Ltda "Oftalmodiagnose"	IOF	Salvador/BA	44,00	-	-	99,99

2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos e passivos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração do resultado do período em que ocorre a aquisição.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.4. Combinação de negócios - Continuação

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre a Renda e IAS 19 – Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33 (R1)), respectivamente.
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 (equivalente ao CPC 10 (R1)) na data de aquisição.
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e confirmem aos seus titulares os direitos a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensurados pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e outro CPC. Quando a contrapartida transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.4. Combinação de negócios - Continuação

Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é mensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. Outras contrapartidas contingentes são mensuradas ao valor justo nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, e as variações do valor justo são contabilizadas no resultado.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.5. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.5. Ágio--Continuação

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

2.6. Reconhecimento da receita

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço patrimonial. A receita não é reconhecida se houver incertezas quanto à sua realização. No final de cada período de relatório, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica "Receita a faturar", que está incluída no saldo da rubrica "Contas a receber".

A receita é reconhecida quando o seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, é provável e que benefícios econômicos futuros serão transferidos para Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

Os contratos celebrados entre a Companhia e suas controladas e os respectivos clientes têm substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e têm direitos para cada uma das partes, bem como as condições de pagamento identificadas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.6. Reconhecimento da receita - Continuação

A receita é reconhecida em um momento por um valor que reflete a contraprestação que uma entidade espera ter direito em troca dos serviços prestados a um cliente, líquida de impostos relacionados e contraprestações variáveis, como descontos comerciais estimados e glosas. A obrigação de desempenho nestes contratos refere-se à realização das consultas, cirurgias e outros serviços correlatos.

2.7. Tributação

Impostos correntes – a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício para as empresas do lucro real e da receita operacional bruta para as empresas do lucro presumido. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O regime de tributação adotado pela Companhia e pelas controladas é pelo lucro real e lucro presumido. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. As controladas da Companhia que optaram pela tributação com base no lucro presumido apuram com alíquota de presunção de 8% e 32% para o IRPJ e de 12% para a CSLL.

Impostos diferidos – a provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo prejuízos fiscais, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.8. Imobilizado

Máquinas e Equipamentos, Instalações em Benfeitorias, Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Veículos, e outros bens variáveis estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.9. Ativos intangíveis

2.9.1. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da;

(i) contraprestação transferida ou custo de aquisição;

(ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e

(iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.9. Ativos intangíveis - Continuação

2.9.1. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios--Continuação

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas conforme abaixo:

- Marca - as marcas com vida útil definida possuem prazo determinado em laudo, com amortização que varia de 5 (cinco) anos até 43 (quarenta e três) anos a partir da data da aquisição;
- Acordo de não competição - possuem prazo e amortização de 5 anos a partir da data de desligamento do acionista.

2.9.2. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis--Continuação

No fim de cada exercício, o grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

2.11. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando considerados necessários pela Administração.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados, que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.12. Provisões--Continuação

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.13. Passivos contingentes adquiridos em combinação de negócios

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com a IFRS 15 (CPC 47).

2.14. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros.

Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo custo amortizado e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os instrumentos financeiros da Companhia são: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Partes relacionadas, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, os quais foram classificados como "Custo amortizado".

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.14. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos.

Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício.

2.15. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos de swaps de taxa de juros para proteger-se contra risco de variação cambial.

As operações de derivativos contraídas com objetivo único e exclusivo de instrumento de hedge das operações financeiras em dólar, e que sinteticamente convertem operações em moeda estrangeira em uma operação em moeda funcional da Companhia, são registrados no passivo pelo resultado líquido de ambos os instrumentos.

Tais operações citadas tem valores, fluxo e condições vinculadas, e são liquidadas concomitantemente, no entanto são controladas separadamente no balanço patrimonial por serem instrumentos financeiros separados.

2.16. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Constituída para as causas cujas probabilidades de desembolso de caixa são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia e de suas controladas, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas que os questionem.

Para os casos de processos relacionados a antiga administração, o reconhecimento já se parte para todas as causas com probabilidade de risco possível. Para estes casos, não havendo impacto no resultado da Companhia.

2.17. Resultado por ação básico

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.17. Resultado por ação básico--Continuação

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 e IAS 33.

2.18. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de

arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.18. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.19. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações de fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o IAS 7/CPC 03 (R2).

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais - Continuação

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, visto que não possui acordos de financiamento de fornecedores.

2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais – Continuação

2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Apesar dos instrumentos patrimoniais do Grupo não serem negociados publicamente, a Companhia é controladora do grupo, portanto não é elegível para aplicação do IFRS 19.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais – Continuação

2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais – Continuação

2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade--Continuação

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas--Continuação

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (a) Redução ao valor recuperável do ágio: para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Quando os fluxos de caixa futuros são inferiores ao esperado, pode ocorrer uma perda material por redução ao valor recuperável, ver Nota Explicativa nº 12.2.
- (b) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens dos ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas julgadas adequadas para refletir as suas vidas úteis, ver Nota Explicativa nº 11.
- (c) Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa: as contas a receber incluem os recebíveis das administradoras de cartões de crédito, dos convênios e dos clientes finais.

A Companhia estima as perdas esperadas para crédito considerando a idade (*aging*) dos seus títulos a receber e valores referente a atendimentos efetuados que estão pendentes para serem faturados, ou seja, valores que não possuem títulos emitidos. Referidas estimativas são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras esperadas no recebimento de clientes conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5.

- (d) Perdas esperadas com recursos de glosas: o saldo de contas a receber inclui valores de atendimentos que apresentaram recusa de pagamento pelos convênios e que estão em fase de revisão das informações suportes dos atendimentos.

A Companhia calcula a perda estimada das glosas com base na aplicação de um índice interno que mensura o desempenho das operações. O índice é medido pela diferença entre as glosas lançadas no período versus as glosas recebidas em relação a produção de convênios apurada nos últimos 12 meses.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas--Continuação

- (e) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, ver Nota Explicativa nº 19.
- (f) Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios: um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita.
- (g) Garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório: Os reembolsos esperados por outras partes necessários para liquidar uma provisão é reconhecido somente quando for praticamente certo que o reembolso será recebido. O reembolso é tratado como um ativo separado e não ultrapassa o valor da provisão.
- (h) Provisão de honorários sobre serviços médicos: A Provisão de honorários médicos consiste em mensurar o valor monetário dos serviços médicos, que representa a maior parte do custo do serviço prestado. A Companhia possui regras de repasse que são calculadas sobre o valor dos procedimentos e medicamentos. A Companhia utiliza os seguintes critérios de cálculo:
- Provisão referente honorários médicos pagos por recebimento: cálculo global do índice de percentual de pagamento de honorário médico sobre o total de recebimento histórico aplicado sobre o total líquido de contas a receber.
 - Provisão referente honorários médicos pagos por produção: cálculo de provisão considerando a aplicação das regras de repasse estabelecidas em contrato sobre os relatórios de produção do período.
- (i) Avaliação dos instrumentos financeiros: a Nota Explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de Caixa e equivalentes de caixa inclui o saldo de caixa em poder do grupo e saldos em bancos. O saldo desta rubrica no fim do exercício está abaixo demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	-	87	97
Bancos	2	54	10.076	5.417
Aplicações financeiras	-	-	8.754	940
Total caixa e equivalentes de caixa	2	54	18.917	6.454

As aplicações financeiras são compostas por caixa e depósitos bancários de curto prazo com vencimento original de até três meses. O valor contábil desses ativos não difere do seu valor justo. Atualmente, essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e operações compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações foram remuneradas em média de 80% da CDI, em comparação a remuneração entre 72% e 100% de 2023.

5. Contas a receber (consolidado)

O contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por vencimento, sendo considerada suficiente pelo grupo para cobrir eventuais perdas.

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes faturados	66.220	41.553
Clientes a faturar	10.241	18.257
Subtotal	76.461	59.810
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(7.785)	(5.126)
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa – a faturar	(2.121)	(4.854)
(-) Perda estimada em glosas	(14.889)	(5.941)
Total contas a receber	51.666	43.889

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber (consolidado)--Continuação

A composição dos valores a receber dos clientes faturados por idade de vencimento é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A faturar	10.241	18.257
A vencer	31.506	7.995
Vencidos:		
Até 90 dias	4.881	7.753
Entre 91 e 120 dias	951	945
Entre 121 e 180 dias	964	1.709
Entre 181 e 360 dias	2.066	2.498
Acima de 361 dias	5.783	5.215
Glosas	20.069	15.438
Total	76.461	59.810

Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa e glosas

Devido à diversidade de planos de saúde atuantes no mercado, pulverização da carteira de clientes e diferentes níveis de coberturas de exames entre os planos, as empresas operacionais do grupo estão sujeitas a eventuais glosas e perdas do saldo de contas a receber. As controladas da Companhia constituem provisão para glosas, registradas no momento do reconhecimento da receita, considerando o histórico de glosas efetuadas pelos planos de saúde.

A seguir a movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa e perda estimada em glosas:

Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado	<u>(9.882)</u>
Adições de provisão	(2.524)
Adições de provisão a faturar	(4.854)
Baixa por perda efetiva	1.339
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(15.921)</u>
Adições de provisão	(55)
Adições de provisão a faturar	(9.522)
Baixa por perda efetiva	703
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(24.795)</u>

Concentração de clientes

Os cinco principais clientes (planos de saúde) do Grupo representam aproximadamente 51% da receita do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 34% do contas a receber para a mesma data-base.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6. Estoque (consolidado)

	31/12/2024	31/12/2023
Lentes intraoculares	1.546	1.685
Lentes de contato	283	201
Material hospitalar	2.311	2.076
Medicamentos	1.119	1.063
Outros estoques	352	270
Total estoques	5.611	5.295

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS a recuperar	-	-	-	10
COFINS a recuperar	-	-	-	20
IRPJ a recuperar	-	-	3.855	2.461
CSLL a recuperar	-	-	1.437	1.246
IRRF a recuperar	-	-	442	917
IRRF sobre aplicações financeiras a recuperar	41	41	55	58
ISS a recuperar	-	-	3	153
Outros tributos a recuperar	7	7	15	171
INSS a Recuperar	-	-	577	688
Total impostos a recuperar	48	48	6.384	5.724

7.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos (consolidado)

	31/12/2024	31/12/2023
CSLL diferido ativo	1.162	411
IRPJ diferido ativo	3.227	1.094
CSLL – diferido prejuízo fiscal	1.259	-
IRPJ – diferido prejuízo fiscal	3.498	-
Total impostos diferidos (i)	9.146	1.505
CSLL diferido passivo	-	(740)
IRPJ diferido passivo	-	(2.043)
Total impostos diferidos passivos	-	(2.783)

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

7. Impostos a recuperar--Continuação

7.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos (consolidado)--Continuação

Composição dos impostos diferidos (consolidado)

	Ativo		Diferenças temporárias ativas		Diferenças temporárias passivas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal	4.757	-	-	-	-	-
Provisões						
PDD	-	-	1.458	591	-	-
PDD a faturar	-	-	1.093	78	-	-
PDD HM a faturar	-	-	(1.216)	-	-	-
Glosa	-	-	2.649	309	-	-
PLR	-	-	-	(43)	-	-
Provisões de HM a faturar	-	-	4.091	-	-	-
Provisões de despesas	-	-	463	(1.037)	-	-
IFRS 16	-	-	8.760	84	(8.184)	-
Ágio	-	-	2.382	568	-	-
Ágio – Amortização	-	-	-	-	(1.591)	(464)
Receitas - evento temporal	-	-	-	-	(5.516)	(1.364)
Efeito líquido impostos diferidos	4.757	-	19.680	550	(15.291)	(1.828)
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>				
Total Ativo	9.146	1.505				
Total Passivo	-	(2.783)				
Total Líquido	9.146	(1.278)				

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável que representam um direito sem prazo para prescrição, nos termos da legislação vigente. Após a análise do planejamento estratégico de reestruturação societária e resultados tributários futuros, a Companhia baixou os valores de diferido referente as empresas que não apresentaram projeção de lucro tributário nos próximos 3 (três anos), os saldos mantidos no ativo referem-se as empresas que suportam a realização dos referidos tributos até final do exercício de 2027. Para fins de divulgação na demonstração financeira, a Companhia possui R\$ 3.196, de saldo de prejuízo fiscal, não registrado em seu balanço, devido a não expectativa de realização.

8. Garantia de reembolso de contingências (consolidado)

	31/12/2024	31/12/2023
Conta garantida	4.837	4.388
Depósito judicial	257	442
	<u>5.094</u>	<u>4.830</u>

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

8. Garantia de reembolso de contingências (consolidado)--Continuação

Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimentos entre seus acionistas, mediante penhor das ações e/ou ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia e suas controladas relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes das datas de aquisições das controladas.

8.1. Movimentação da garantia de reembolso de contingência está assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.795
Reconhecimento de depósitos judiciais	(9)
Baixa contingências não materializadas (nota explicativa nº 19.1)	(3.193)
Reconhecimento de garantia (nota explicativa nº 19.1)	237
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>4.830</u>
Reconhecimento de depósitos judiciais	432
Baixa de depósitos judiciais	(644)
Baixa contingências não materializadas (nota explicativa nº 19.1)	(34)
Reconhecimento de garantia (nota explicativa nº 19.1)	510
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>5.094</u>

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas

Outras partes relacionadas	Custo		Ativo circulante		Passivo circulante	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
Clínicas do Brasil Holding S.A.	-	-	-	-	380	
Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem Ltda	-	-	-	-	268	
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda.	-	161	-	-	-	
HOBrasil Hospitais Oftalmológicos do Brasil	-	-	111	-	11.168	
INOB - Instituto de Olhos e Microcirurgia de Brasília Ltda	-	-	-	-	15	
Saude Latam Holding S.A.	-	-	-	-	6	
Instituto de Olhos Ltda	-	36	-	-	-	
Duque e Portela Serviços Médicos Ltda	-	-	-	-	234	
Otorrino do Brasil S.A.	-	-	-	-	2	
Opty Rio Holding S.A.	-	-	-	-	15	
Otorrino Center Ltda	-	-	214	-	-	
M. Taveira dos Santos Ltda – CEOP	-	-	-	2	2	
Total em 31 de dezembro de 2024	-	197	325	2	12.090	

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas--Continuação

Operação de conta corrente	Custo		Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Operações Financeiras - Conta Corrente:						
Clínicas do Brasil Holding S.A.	-	-	-	32.941	32.941	-
Centro de Microcirurgia e Diagnostico Ltda	-	-	15.955	-	-	-
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda.	-	6.652	-	-	-	-
Clínica e Cirurgia de Olhos Dr. Armando Augusto Guedes Ltda	-	-	-	-	-	190
HOBrazil Hospitais Oftalmológicos do Brasil	-	-	21.580	-	-	-
HCLOE Hospital de Olhos Ltda.	-	-	2.480	-	-	-
INOB - Instituto de Olhos e Microcirurgia de Brasília Ltda	-	-	-	-	-	500
Oftalmax Hospital de Olhos S.A.	-	-	-	-	-	547
Saude Latam Holding S.A. (a)	-	-	80.000	-	-	-
Instituto de Olhos Ltda	-	-	-	1.470	-	-
Clínica Oftalmológica de Villas Ltda	-	1.359	-	-	-	-
Opty Norte Holding S.A.	-	-	300	-	-	-
Otorrino do Brasil S.A.	-	-	430	-	-	-
Jardim de Alah Centro Cirúrgico Ltda	-	-	-	-	-	140
Clínica de Oftalmologia de Osasco Ltda	-	-	461	-	-	-
Otorrino Center Ltda	-	-	396	-	-	-
Ortocity – Serviços Médicos S.A.	-	-	101	-	-	-
SEOPE – Serviço Oftalmológico de Pernambuco Ltda	-	-	-	-	-	25
INBOL – Instituto Brasiliense de Olhos Ltda	-	-	-	-	-	322
ISOB – Instituto de Saúde de Olhos Brasília Ltda	-	-	-	-	-	196
Clínica de Olhos Caruaru Ltda	-	-	1.254	-	-	-
Outras partes Relacionadas:						
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda	-	-	3.835	-	-	-
Oftalmoclin Hospital de Olhos Ltda	-	-	754	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2024	-	8.011	127.546	34.411	34.861	-

(a) Valor referente emissão de Nota Comercial entre partes relacionadas. O valor total de 80 milhões deve ser pago pela Saúde Latam para a controlada Instituto de Olhos Ltda. A administração avaliou e classificou essa transação como atividade de investimento nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas--Continuação

	Custo		Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
<u>Operação de conta corrente</u>						
Operações Financeiras - Conta Corrente:						
Clínicas do Brasil Holding S.A	-	-	-	37.319	42.779	
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda.	-	-	-	1.233	-	
HOBrasil Hospitais Oftalmológicos do Brasil	-	-	-	7.775	22.142	
HCLOE Hospital de Olhos Ltda.	-	-	43	-	-	
INOB - Instituto de Olhos e Microcirurgia de Brasília Ltda	-	-	-	-	15	
Oftalmax Hospital de Olhos Ltda	-	-	-	-	600	
Opty Rio Holding S.A	-	-	-	-	15	
Saude Latam Holding S.A.	-	-	-	-	4	
Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem Ltda	-	-	-	7.138	7.498	
Instituto de Olhos Ltda	-	-	-	4.388	-	
Clinica Oftalmologica de Villas Ltda	-	1.359	-	-	-	
Oftalmoclin Hospital de Olhos Ltda	-	20	-	-	-	
<u>Outras partes Relacionadas:</u>						
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda.	-	-	1.410	-	-	
<u>Serviços médicos</u>						
Instituto de Olhos Ltda.	(289)	-	-	-	-	
Total em 31 de dezembro de 2023	(289)	1.379	1.453	57.853	73.053	

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

10. Investimentos

	31/12/2024			31/12/2023		
	Capital investido	Ágio	Total Investimento	Capital investido	Ágio	Total Investimento
Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda.	21.671	-	21.671	25.230	-	25.230
Instituto de Olhos Ltda.	60.740	13.547	74.287	61.607	13.547	75.154
Clínica Oftalmológica de Villas Ltda.	451	755	1.206	128	755	883
Clínica de Oftalmodiagnóstico Ltda	2.683	16.318	19.001	3.344	16.318	19.662
	85.545	30.620	116.165	90.309	30.620	120.929

10.1. Informações sobre as controladas da Companhia

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possuía as participações societárias em controladas diretas e indiretas (“*holdings*” e em operação) relacionadas na Nota Explicativa nº 2.3.1.

Informações financeiras das controladas diretas em 31 de dezembro de 2024

As informações financeiras consolidadas resumidas relativas as controladas nas quais a Companhia possui participação direta são as seguintes:

	Dayhorc	IOF	IOV	Oftalmodiagnose
Ativo				
Circulante	16.743	56.608	2.449	13.938
Não Circulante	42.841	124.292	1.003	7.118
Passivo				
Circulante	14.720	79.143	935	5.890
Não Circulante	23.193	41.016	1.813	9.069
Patrimônio Líquido	21.671	60.741	704	6.097
Demonstração do Resultado				
Receita Líquida	50.185	80.909	3.471	27.638
Custos	(36.003)	(55.508)	(1.776)	(18.962)
Despesas	(13.561)	(8.782)	(956)	(5.753)
Equivalência Patrimonial	-	(341)	-	-
Resultado Financeiro	(1.801)	(16.681)	38	(264)
Impostos sobre o Lucro	4.273	(1.395)	(284)	(60)
Resultado do Exercício	3.093	(1.798)	493	2.599
Capital social				
Quantidade de ações/quotas pertencentes à Companhia	30.634.097	32.507.948	48.000	439.998
Percentual de participação	100,00%	100,00%	64,00%	44,00%

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

10.1. Informações sobre as controladas da Companhia--Continuação

Informações financeiras das controladas diretas em 31 de dezembro de 2023

As informações financeiras consolidadas resumidas relativas as controladas nas quais a Companhia possui participação direta são as seguintes:

	<u>Dayhorc</u>	<u>IOF</u>	<u>IOV</u>	<u>Oftalmodiagnose</u>
Ativo				
Circulante	18.199	23.631	1.572	11.925
Não Circulante	49.016	111.692	1.281	17.521
Passivo				
Circulante	18.020	25.836	1.267	10.525
Não Circulante	23.965	47.880	1.385	11.322
Patrimônio Líquido	25.230	61.607	200	7.600
Demonstração do Resultado				
Receita Líquida	49.043	80.400	2.638	27.365
Custos	(25.385)	(37.305)	(1.155)	(13.519)
Despesas	(24.092)	(29.002)	(1.232)	(14.218)
Equivalência Patrimonial	-	(3.083)	-	-
Resultado Financeiro	(1.405)	(2.911)	(218)	(861)
Impostos sobre o Lucro	(5.932)	(3.213)	2	(1.057)
Resultado do Exercício	(7.771)	4.886	35	(2.290)
Capital social				
Quantidade de ações/quotas pertencentes à Companhia	30.634.097	32.507.948	48.000	439.998
Percentual de participação	100,00%	100,00%	64,00%	44,00%

10.2. Movimentação do investimento

	<u>Dayhorc</u>	<u>IOF</u>	<u>IOV</u>	<u>Oftalmodiagnose</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	32.463	71.200	813	19.913	124.389
Transação de capital (a)	-	(747)	47	755	55
Resultado de equivalência patrimonial	(7.233)	4.701	23	(1.006)	(3.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.230	75.154	883	19.662	120.929
Aumento de capital em controladas	(6.652)	-	-	-	(6.652)
Transação de capital (a)	-	931	8	(1.804)	(865)
Resultado de equivalência patrimonial	3.093	(1.798)	315	1.143	2.753
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.671	74.287	1.206	19.001	116.165

(a) Refere-se ao reconhecimento dos efeitos decorrentes de ganhos ou perdas gerados por meio de aportes que geram aumento ou redução da participação sobre os investimentos diretos ou indiretos. Tais transações não geraram perda de controle da controlada pela controladora, sendo assim, conforme CPC 36 foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como transação de capital.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado (consolidado)

				31/12/2024	31/12/2023
	Taxa média anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	20%	55.532	(39.275)	16.257	18.148
Instalações e benfeitorias	4%	16.588	(9.562)	7.026	7.357
Móveis e utensílios	10%	3.897	(2.338)	1.559	1.507
Equipamentos de informática	20%	3.511	(2.691)	820	1.258
Veículos	20%	1.736	(1.695)	41	52
Imobilizado em andamento		200	-	200	1.742
Outros	10%	306	(144)	162	187
Total imobilizado		81.770	(55.705)	26.065	30.251

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado (consolidado) – Continuação

	Máquinas e equipamentos	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Médias ponderadas das taxas de depreciação	20%	4%	10%	20%	20%	-	10%	
Em 31 de dezembro de 2022								
Valor contábil líquido	13.601	8.149	1.075	1.304	-	1.427	211	25.767
Adições	7.542	1.199	664	382	55	882	13	10.737
Transferências	-	570	-	9	-	(567)	(12)	-
Depreciação	(3.002)	(2.561)	(232)	(437)	(3)	-	(25)	(6.260)
Baixas	7	-	-	-	-	-	-	7
Saldo Final	4.547	(792)	432	(46)	52	315	(24)	4.484
Em 31 de dezembro de 2023								
Valor contábil líquido	18.148	7.357	1.507	1.258	52	1.742	187	30.251
Adições	740	579	331	14	-	157	2	1823
Transferências	-	1.118	-	-	-	(1118)	-	-
Reclassificação	(18)	725	(2)	1	-	(581)	2	127
Depreciação	(2.613)	(2.753)	(277)	(453)	(11)	-	(29)	(6.136)
Saldo Final	(1.891)	(331)	52	(438)	(11)	(1.542)	(25)	(4.186)
Em 31 de dezembro de 2024								
Valor contábil líquido	16.257	7.026	1.559	820	41	200	162	26.065

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou testes de “*impairment*” e concluiu que não há indicações, internas e externas, de que os ativos possam ter sofrido desvalorização, uma vez que não foram identificados fatores indicativos de perdas. A Companhia e suas controladas também não identificaram alteração na vida útil dos bens do seu ativo imobilizado.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Intangível (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ágio	72.666	72.666
Marca	5.210	5.366
Não competição (“non-compete”)	8.081	8.647
Outros	204	564
Total intangível	86.161	87.243

12.1. Movimentação do intangível (Consolidado)

	Ágio	Marca	Non Compete	Outros	Total
	Em 31 de dezembro de 2022				
Valor contábil líquido	72.666	5.793	9.381	637	88.477
Adições	-	-	-	130	130
Amortização	-	(427)	(734)	(203)	(1.364)
Em 31 de dezembro de 2023					
Valor contábil líquido	72.666	5.366	8.647	564	87.243
Baixas	-	-	-	(2)	(2)
Reclassificação	-	-	-	(127)	(127)
Amortização	-	(156)	(566)	(231)	(953)
Em 31 de dezembro de 2024					
Valor contábil líquido	72.666	5.210	8.081	204	86.161

12.2. Teste de “impairment”

Em 31 de dezembro de 2024, os ágios, marcas e “non-compete” foram submetidos ao teste de redução do valor recuperável (“*impairment*”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos seus valores.

O teste de “*impairment*” foi realizado de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor Recuperável de Ativos e os valores de ágio por expectativa de rentabilidade futura (“*goodwill*”) foram alocados por unidade, assim como os ativos intangíveis com vida útil indefinida também foram divulgados por unidade.

A metodologia utilizada para os cálculos de “*impairment*” foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamento dos próximos 5 anos futuros disponibilizados pela Administração da Companhia.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Intangível (Consolidado)--Continuação

12.2. Teste de “impairment”--Continuação

A Companhia determina o valor recuperável de uma UGC com base em cálculos do valor em uso. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio e outros ativos de vida útil indefinida foram alocados para as unidades geradoras de caixa (UGC) da Companhia:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
UGCs		
Bahia	72.666	72.666
Total ágio	72.666	72.666

Os fluxos de caixa anuais projetados são descontados pelo custo médio ponderado do capital - em inglês, Weighted Average Cost of Capital (WACC) de 12,1% em dezembro de 2024 (10,96 % em dezembro de 2023) que já incorpora os impactos do endividamento projetado nos impostos sobre a renda ao considerar o custo de dívida após os impostos no seu cálculo. Posteriormente, os fluxos de caixa descontados são somados para obter-se o valor do negócio.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresa de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada em cada equipamento. Essas premissas de crescimento de receita foram projetadas para os próximos anos embasadas por iniciativas presentes nos planos de negócios.

A Companhia entende que mesmo suas controladas estando inseridas no mesmo segmento de negócios, as empresas podem apresentar performances diferentes devido às suas características individuais, tais como: ambiente competitivo, participação de mercado, “mix” de procedimentos executados, oferta de profissionais em cada região e diferenças em outros aspectos de custos gerais.

13. Arrendamentos CPC 06 (R2)

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

13. Arrendamentos CPC 06 (R2)--Continuação

A seguir demonstramos as variações no ativo, passivo e resultado:

a) Direito de uso

Os saldos de direito de uso de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão representados por aluguéis e demonstraram a seguinte movimentação:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.721
Adição	5.164
Baixas	(282)
Amortização	(5.671)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>19.932</u>
Adição	248
Baixas	-
Amortização	(5.651)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>14.529</u>

b) Arrendamentos a pagar

Os saldos de arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão representados por aluguéis e demonstrados da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.919
Adição	5.164
Baixa	-
Amortização	(5.471)
Encargos financeiros incorridos	3.115
Encargos financeiros pagos	(3.271)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>23.456</u>
Adição	248
Aluguel a pagar	512
Baixa	-
Amortização	(5.651)
Encargos financeiros incorridos	2.912
Encargos financeiros pagos	(2.797)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>18.680</u>
Circulante	6.531
Não circulante	12.149

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

13. Arrendamentos CPC 06 (R2)--Continuação

b) Arrendamentos a pagar--Continuação

Os saldos têm vencimento conforme segue:

	<u>Consolidado</u>
2025	6.531
2026	5.369
2027	4.311
A partir de 2028	<u>2.469</u>
	<u>18.680</u>

Os contratos de aluguéis possuem prazos de 3 a 20 anos de duração, podendo ou não serem renovados pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração considerou uma taxa única de 15,8% para todos os contratos decorrentes da similaridade da carteira de ativos.

14. Fornecedores (consolidado)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores diversos	11.852	13.285
Fornecedores de serviços médicos	16.253	14.913
Total fornecedores	<u>28.105</u>	28.198
Circulante	26.435	24.925
Não circulante	1.670	3.273
Total fornecedores	<u>28.105</u>	28.198

Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem as seguintes características abaixo:

- Contas a pagar a fornecedores não incidem juros e são geralmente liquidadas em prazos de 58 dias;
- Para os fornecedores de serviço médico, são iniciadas premissas de provisão de honorários médicos, via produção e recebimento. Após a validação dos saldos, são encaminhados para emissão dos pagamentos via NF, emitidas pelos médicos.

Em ambos os períodos, a Companhia não possuía operações de risco sacado.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos (consolidado)

Empresa	Instituição Financeira	Linha de Crédito	Encargos (a.a.)	Saldo 31/12/2023	Adição	Amortização	Juros Provisionados	Juros Pagos	Varição Cambial	Saldo 31/12/2024
IOF	BTG	NC (Nota Comercial)	CDI + 3,50%	-	50.000	-	3.833	(3.728)	-	50.105
IOF	Banco do Brasil	CCB (Capital de Giro)	CDI + 2,90%	-	23.000	-	498	(230)	-	23.268
IOF	Daycoval	CCB (Capital de Giro)	CDI + 3,04%	-	2.700	-	106	(99)	-	2.707
IOF	Daycoval	CCB (Capital de Giro)	CDI + 3,04%	-	3.258	(395)	272	(270)	-	2.865
Oftalmodiagnose	BNB / Sicredi	CCB (Capital de Giro)	IPCA + 1,8% aa / CDI + 7,44%	445	-	(387)	20	(20)	-	58
Outras empresas	Creditas	Crédito Consignado	-	-	44	-	-	-	-	44
Moeda Nacional				445	79.002	(782)	4.729	(4.347)	-	79.047
IOF	BTG	Lei 4.131	CDI + 3,50%	-	80.000	(8.021)	5.474	(4.585)	15.168	88.036
Moeda Estrangeira				-	80.000	(8.021)	5.474	(4.585)	15.168	88.036
Circulante				445						55.707
Não circulante				-						111.376

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos (consolidado) - Continuação

15.1. Característica dos empréstimos

Em 2024 foram contratadas operações de crédito nas modalidades CCB, 4131 e Nota Comercial para refinanciamento.

As operações de CCB e 4131 foram contratadas em moedas BRL ou USD com swap, mantendo a exposição a moedas exclusivamente a moeda nacional.

As taxas contratadas variam de CDI+2,90% a CDI+7,44% a.a. e possuem vencimento entre 1 e 5 anos.

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos cláusulas restritivas de *covenants* com o banco BTG Pactual, bem como na Nota Comercial. De acordo com as cláusulas restritivas de *covenants* a Companhia obriga-se a observar anualmente, com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas os seguintes índices:

- Para o contrato de Nota Comercial com o Banco BTG Pactual, o índice financeiro medido pela relação dívida líquida, dividido pelo EBITDA, descontando valores relativos à arrendamento mercantil IFRS 16 e despesas não recorrentes dos últimos 12 meses, não podendo ultrapassar a 4x.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia cumpre todas as obrigações (“covenants”) relacionadas a estes contratos.

15.2 Garantias

As operações não contam com garantias reais, somente garantia fidejussórias de empresas do grupo econômico.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos (consolidado) - Continuação

15.3. Movimentação dos empréstimos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.298
Encargos financeiros incorridos	255
Encargos financeiros pagos	(46)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	445
Adição	159.002
Amortização de empréstimos e financiamentos	(8.803)
Encargos financeiros incorridos	10.203
Encargos financeiros pagos	(8.932)
Variação cambial	15.168
Saldo em 31 de dezembro de 2024	167.083

Os pagamentos dos empréstimos e financiamentos estão programados conforme a seguir:

	<u>Consolidado</u>
2025	55.707
2026	67.872
2027	37.769
A partir de 2028	5.735
Total	167.083

16. Contas a pagar - aquisição de empresas (consolidado)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aquisição Oftalmodiagnose	-	1.616
	-	1.616

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

16. Contas a pagar - aquisição de empresas (consolidado)--Continuação

A movimentação das contas a pagar por aquisição de empresas é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.042
Pagamentos	(1.408)
Encargos financeiros incorridos	352
Encargos financeiros pagos	(370)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.616</u>
Pagamentos	(1.474)
Encargos financeiros incorridos	171
Encargos financeiros pagos	(313)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>-</u></u>

17. Obrigações sociais e trabalhistas (consolidado)

As contas a pagar por obrigações sociais e trabalhistas decorrem da política de remuneração aos colaboradores em cada uma das unidades da companhia, e, também da política de remuneração variável baseada nos resultados.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salário ou pró-labore	917	1.174
Encargos sociais	854	1.302
Benefícios diretos e indiretos	2.432	2.216
Total	<u>4.203</u>	<u>4.692</u>

18. Obrigações tributárias

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS a pagar	-	-	84	529
COFINS a pagar	-	-	365	-
IRPJ a pagar	-	-	282	-
CSLL a pagar	-	-	217	-
ISS a pagar	-	-	483	403
IOF a pagar (i)	19	8.208	810	10.869
Provisão de outros impostos a pagar	-	-	888	964
Parcelamentos federais	304	-	1.686	773
Outros tributos a pagar	5	4	535	561
Total circulante	<u>328</u>	<u>8.212</u>	<u>5.350</u>	<u>14.099</u>
Parcelamentos federais LP	-	-	946	1.142
Total não circulante	-	-	<u>946</u>	<u>1.142</u>
Total obrigações tributárias	<u>328</u>	<u>8.212</u>	<u>6.296</u>	<u>15.241</u>

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

18. Obrigações tributárias--Continuação

- (i) A Companhia efetuava operações envolvendo movimentação de caixa entre as empresas do grupo e não recolhia IOF-Crédito nas operações. No ano de 2023 a Companhia acompanhou as decisões e jurisprudências relacionadas ao tema e registrou o montante referente ao IOF sobre todas as operações de conta corrente dos últimos cinco anos. Em 2024, a Companhia fez a adesão do programa de autorregularização para pagamento do IOF com a utilização de prejuízo fiscal e compensação de 50% do saldo devedor.

As investidas da Companhia realizaram parcelamentos de dívidas tributárias federais, para os quais não há garantias constituídas e cujos saldos apresentados acima incluem multa, juros e encargos. Os pagamentos estão programados conforme apresentado abaixo.

Os vencimentos dos parcelamentos federais de longo prazo classificados no passivo não circulante são os seguintes:

Imposto	2025	2026	2027	2028 em diante
INSS	357	75	129	-
COFINS	87	-	-	-
IRPJ	220	-	-	-
CSLL	67	-	-	-
PERT III	168	84	174	-
Autorregularização IOF	787	360	64	60
TOTAL	1.686	519	367	60

18.1 Julgamento temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal:

Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. A Companhia avaliou a decisão do STF e não identificou qualquer impacto tributário sobre suas operações.

19. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (consolidado)

A provisão constituída para demandas judiciais e administrativas que são compostas por demandas trabalhistas, previdenciárias, fiscais e cíveis é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista e previdenciário	394	244
Fiscal	2.257	1.589
Cível	2.193	2.891
Total provisões para demandas judiciais e administrativas	4.844	4.724

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

19. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (consolidado)--Continuação

19.1. Movimentação das contingências está assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.482
Reconhecimento de garantia (nota explicativa nº 8.1)	237
Baixa contingências não materializadas (nota explicativa nº 8.1)	(3.193)
Provisões	198
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.724
Reconhecimento de garantia (nota explicativa nº 8.1)	510
Baixa contingências não materializadas (nota explicativa nº 8.1)	(34)
Provisões	(356)
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.844

As principais causas envolvendo a Companhia e suas controladas estão listadas abaixo, as demais estão pulverizadas:

19.2. Riscos trabalhistas e previdenciários

Referem-se a provisões trabalhistas e previdenciárias constituídas pelas controladas indiretas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, riscos relativos à interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício, decorrente de relações trabalhistas na contratação de serviços médicos terceirizados, e a consequente obrigação do recolhimento da respectiva contribuição previdenciária patronal.

Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R\$ 394 nas demonstrações financeiras consolidadas. Parte desse montante é coberto pelas garantias de reembolso de contingências (ver Nota Explicativa nº 8). O montante das causas classificadas pelos assessores jurídicos como possíveis de perda, semelhantes às descritas acima, porém sem provisão, monta a R\$ 202 em 31.12.24 (R\$ 55 em 31.12.23).

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

19. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (consolidado)--Continuação

19.3. Riscos fiscais

Referem-se a provisões constituídas pelas controladas indiretas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, riscos que envolvem causas tributárias, principalmente a cobrança de ISS. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R\$2.257 nas demonstrações financeiras consolidadas. Parte desse montante é coberto pelas garantias de reembolso de contingências (ver Nota Explicativa nº 8). O montante de causas passivas relativas a pleitos semelhantes aos descritos acima, e que foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda, porém sem provisão monta a R\$ 1.620 em 31.12.24 (R\$ 1.558 em 31.12.23).

Adicionalmente em 2024, foi julgado os Recursos Especiais nº 1.898.532/CE e 1.905.870/PR referente ao Limitador na Base de Cálculo das Contribuições destinadas a Terceiras Entidades ou Fundos (Sistema S), afetados pela sistemática dos Recursos Repetitivos (“Tema nº 1.079”) pelo Superior Tribunal de Justiça (“STJ”). O montante estimado de perda possível envolvido atualizado até a data da emissão da demonstração financeira é de aproximadamente R\$ 2.996. A companhia segue acompanhando a evolução do processo e adotará as medidas cabíveis para mitigar riscos e garantir a defesa de seus interesses. Caso haja mudança na classificação da contingência ou novos desdobramentos relevantes, esses serão devidamente refletidos nas demonstrações financeiras futuras.

19.4. Riscos cíveis

Referem-se a provisões constituídas pelas controladas indiretas, com base na análise individual das ações, bem como na análise jurisprudencial atualizada das causas, tendo como objeto, substancialmente, riscos relacionados a danos morais e materiais. Com base na análise efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e no entendimento de sua Administração, que consideraram alguns aspectos como prováveis de perda, provisionaram o montante de R\$ 2.193 nas demonstrações financeiras consolidadas. Parte desse montante é coberto pelas garantias de reembolso de contingências (ver Nota Explicativa nº 8). O montante de causas passivas relativas a pleitos semelhantes aos descritos acima, e que foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda, porém sem provisão monta a R\$ 28.919 em 31.12.24 (R\$ 28.409 em 31.12.23).

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado é de R\$ 55.751 (R\$ 55.751 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 268.782.241 (268.782.281 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia é controlada pelo HOBrasil Hospitais Oftalmológicos do Brasil e Clínicas do Brasil Holding S.A, que juntas detém 76% das ações.

	2024	2023
Ações ordinárias	<u>268.782.241</u>	268.782.241
	<u>268.782.241</u>	268.782.241

Abaixo estão demonstradas as movimentações das ações emitidas e integralizações no exercício.

	Ações	R\$
Em 31 de dezembro de 2023	268.782.241	55.751
Emissão de ações (Minoritários)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	<u>268.782.241</u>	<u>55.751</u>

20.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2024, foram efetuados Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") no valor total de R\$ 25.000. O valor do AFAC deverá ser integralmente capitalizado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias. A totalidade dos créditos decorrentes do AFAC será para subscrever ações ordinárias.

20.3. Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2024	31/12/2023
	Básico	Básico
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	10.599	(12.939)
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	268.782	268.782
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	<u>0,03943</u>	<u>(0,04814)</u>

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.4. Dividendos

Para o ano de 2024, não foram distribuídos dividendos mínimos obrigatórios, devido ao prejuízo acumulado.

21. Receita líquida (consolidado)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços	229.866	221.976
Deduções		
(-) Impostos sobre a receita	(13.719)	(13.169)
(-) Abatimentos e deduções	(13.188)	(4.873)
Receita líquida de serviços	202.959	203.934

22. Custos e despesas por natureza

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1), a seguir está apresentado o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Honorários médicos	-	-	(68.856)	(67.494)
Materiais e medicamentos	-	-	(28.522)	(29.429)
Depreciação e amortização	(441)	(592)	(12.740)	(13.295)
Pessoal	-	-	(38.444)	(37.621)
Manutenção	-	-	(3.989)	(4.683)
Serviços de terceiros	(368)	(572)	(8.711)	(8.816)
Provisão de Crédito de liquidação duvidosa	-	-	1.921	(5.004)
Seguros	-	-	(64)	(128)
Taxas e tributos	(7)	-	(210)	(438)
Aluguel e condomínio	-	-	(2.054)	(1.957)
Despesas com publicidade	-	-	(2.313)	(2.529)
Utilidades	-	-	(2.954)	(3.231)
Materiais administrativos	-	-	(1.750)	(1.650)
Despesas com viagem	-	-	(545)	(429)
Despesas corporativas	-	-	(14.460)	(12.106)
Outras receitas e despesas	-	(33)	(2.998)	(1.501)
Total de custos e despesas	(815)	(1.197)	(186.689)	(190.311)
Custo dos serviços prestados	-	-	(141.840)	(132.641)
Despesas gerais e administrativas	(815)	(1.197)	(44.457)	(50.137)
Despesas com vendas	-	-	(392)	(7.533)
Total	(815)	(1.197)	(186.689)	(190.311)

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

23. Outras receitas e despesas (Consolidado)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Créditos previdenciários	-	425
Cessão de crédito PF/BN	1.490	-
Receitas provenientes de aluguéis	28	101
Outras receitas e despesas	40	80
	1.558	606

24. Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	420	137
Juros ativos	-	-	714	62
Descontos obtidos	-	-	105	389
Total receitas financeiras	-	-	1.239	588
Juros de fornecedores	(60)	-	(233)	(456)
Juros sobre empréstimos, aquisições de empresas e parcelamentos	-	-	(10.374)	(607)
Tarifas de notas comerciais	-	-	(519)	-
Juros SELIC sobre IOF - Autorregularização	1.358	(1.358)	1.791	(1.791)
Juros IFRS 16	-	-	(2.912)	(3.115)
Tarifas bancárias	-	-	(1.240)	(1.373)
IOF sobre Autorregularização	6.100	(6.850)	6.131	(9.078)
IOF sobre resultado financeiro	(403)	-	(3.099)	(5)
Outras despesas financeiras	-	(19)	(595)	(18)
Total despesas financeiras	6.995	(8.227)	(11.050)	(16.443)
Variações cambiais líquidas	-	-	(15.147)	-
Resultado de derivativos	-	-	13.121	-
Ganhos ou perdas monetárias líquidas	-	-	(211)	(215)
Total variações cambiais e monetárias	-	-	(2.237)	(215)
Total resultado financeiro	6.995	(8.227)	(12.048)	(16.070)

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos são oriundos dos diferidos ativos e passivos baseados nas diferenças temporárias e base negativa do imposto de renda. A seguir a reconciliação da alíquota efetiva em 2024 e 2023:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	9.309	5.780	(12.939)	(1.841)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda	(3.165)	(1.965)	4.399	626
Adições:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	936	-	(1.195)	-
Despesas não dedutíveis	-	(2.057)	(3.204)	(10.912)
Perda efetiva de créditos	-	-	-	(699)
Honorários Médicos	-	-	-	(98)
Outros	4.058	3.521	-	-
Efeito da tributação das investidas optantes pelo lucro presumido	-	(283)	-	-
Dedução de benefícios programa alimentação do trabalhador	-	77	-	-
(-) Efeito do prejuízo fiscal e da base negativa diferida não constituída	(539)	5.703	-	-
Total do imposto – corrente	-	(5.360)	-	(5.031)
Total do imposto – diferido	1.290	10.356	-	(6.052)
Alíquota efetiva	14%	86%	-	602%

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

26.1. Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado - taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, assim como monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. A Diretoria reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discutir sobre os riscos e as exposições.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

26.2. Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que a Companhia e suas controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral do Grupo não sofreu alteração. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (fornecedores de longo prazo, empréstimos e financiamentos, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e nº 15, respectivamente), deduzido pelo caixa e saldos bancários e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participação de não controladores, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 20.1). A Administração revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

26.3. Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia mantém operações de SWAP vinculadas a seus empréstimos de 4131 em USD que tem por objetivo converter sinteticamente os empréstimos em moeda estrangeira em operações de BRL com custo de CDI adicionado de spread em taxa fixa.

Os saldos desses instrumentos em 31/12/2024 estão demonstrados abaixo:

Contratante	Contraparte	Tipo SWAP	Saldo
IOF	Santander	Ativo: USD + Taxa pós Passivo: BRL + CDI + Taxa Pré	14.031
Instrumentos Derivativos Ativo			14.031

26.4. Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e/ou suas controladas a incorrerem em perdas financeiras. A Companhia e suas controladas adotaram a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

26.4. Gestão do risco de crédito--Continuação

A base de clientes das controladas apresentava certo grau de concentração em alguns principais clientes, conforme nota explicativa nº 5. Por meio de controles internos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para as perdas consideradas prováveis e adota o critério apresentado na nota explicativa nº 5. A exposição máxima do risco de crédito da Companhia e de suas controladas é representado pelos valores contábeis das contas a receber consolidados de R\$ 76.461.

A Companhia e suas controladas não detêm nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de créditos associados aos seus ativos financeiros. Visando minimizar o risco de crédito relacionado a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas concentram a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras de grande porte.

26.5. Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações:

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

26.5. Gestão do risco de liquidez--Continuação

Instrumentos a taxa de juros	31 de dezembro de 2024			
	Consolidado			
	Saldo 31/12/2024	De 1 a 3 meses	De 4 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos
Fornecedores	28.105	16.629	9.806	1.670
Empréstimos e financiamentos	167.083	14.448	41.259	111.376
Arrendamento mercantil	18.680	1.633	4.898	12.149
Contas a pagar - aquisição de empresas	-	-	-	-
Instrumentos a taxa de juros	31 de dezembro de 2023			
	Consolidado			
	Saldo 31/12/2023	De 1 a 3 meses	De 4 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos
Fornecedores	24.925	14.912	6.740	3.273
Empréstimos e financiamentos	445	42	403	-
Arrendamento mercantil	23.456	1.523	4.568	17.365
Contas a pagar - aquisição de empresas	1.616	-	1.616	-

26.6. Categoria dos instrumentos financeiros

A seguir a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	31/12/2024					
	Controladora			Consolidado		
	Valor Justo	Custo amortizado	Total	Valor Justo	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros circulante						
Caixa e equivalente de caixa	2	-	2	18.917	-	18.917
Contas a receber	-	-	-	-	51.666	51.666
Partes relacionadas	-	197	197	-	325	325
Não Circulante						
Partes relacionadas	-	8.011	8.011	-	127.546	127.546
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	14.031	-	14.031
Passivos financeiros circulante						
Fornecedores	-	1	1	-	26.435	26.435
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	55.707	55.707
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	6.531	6.531
Partes relacionadas	-	2	2	-	12.090	12.090
Não Circulante						
Fornecedores	-	-	-	-	1.670	1.670
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	111.376	111.376
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	12.149	12.149
Partes relacionadas	-	34.411	34.411	-	34.861	34.861

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

26.6. Categoria dos instrumentos financeiros--Continuação

	31/12/2023					
	Controladora			Consolidado		
	Valor Justo	Custo amortizado	Total	Valor Justo	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros circulante						
Caixa e equivalente de caixa	54	-	54	6.454	-	6.454
Contas a receber	-	-	-	-	43.889	43.889
Não Circulante						
Partes relacionadas	-	1.379	1.379	-	1.453	1.453
Passivos financeiros circulante						
Fornecedores	-	-	-	-	24.925	24.925
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	445	-	445
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	6.091	6.091
Contas a pagar - aquisição de empresas	-	-	-	-	1.616	1.616
Não Circulante						
Fornecedores	-	-	-	-	3.273	3.273
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	17.365	17.365
Partes relacionadas	-	57.853	57.853	-	73.053	73.053

26.7. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em virtude de esses instrumentos financeiros possuírem características similares às que seriam obtidas se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço patrimonial pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Fornecedores", "Empréstimos e Financiamentos", "Contas a pagar - aquisição de empresas", "Partes relacionadas" e "Adiantamento de clientes".

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

26.7. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na mensuração do valor justo em três grandes níveis, conforme exemplificado na NE 2.2.

Os valores justos de todos os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão classificados dentro da hierarquia do Nível 2, e não houve alteração de classificação de categoria no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

26.8. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de taxa de juros, uma vez que as mesmas possuem empréstimos com taxas de juros pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um “mix” apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. Adicionalmente, devido à saúde financeira da Companhia, a mesma não possui histórico de captações de empréstimos que não seja via combinação de negócios (os quais não são renovados após a quitação dos saldos).

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais flutuações na taxa de juros (CDI), sobre a parcela de empréstimos e financiamentos afetada. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelo impacto dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

CDI base de referência a.a.		12,15%	
Custo Médio Ponderado da Dívida indexada a CDI		11,96%	
	Aumento/Redução em pontos percentuais do CDI	Taxa de Juros ponderada dos Empréstimos indexados a CDI	Efeito no Resultado (anualizado) R\$ mil
Análise de sensibilidade	5%	12,56%	473
	-5%	11,36%	(473)
	10%	13,16%	945
	-10%	10,76%	(945)
	15%	13,75%	1.418
	-15%	10,17%	(1.418)

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

26.9. Gestão do risco de taxa de Câmbio

A Companhia e suas controladas possuem empréstimo em moeda estrangeira, porém todos estes empréstimos possuem uma operação de SWAP vinculado convertendo sinteticamente os empréstimos para BRL acrescidos de CDI mais spread em taxa fixa.

Desta forma é esperado que qualquer oscilação na taxa de câmbio USD/BRL não tenha efeito sobre o resultado da companhia.

Sensibilidade à taxa de Câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais flutuações na taxa de Câmbio (USD/BRL), sobre a parcela de empréstimos e financiamentos afetada, e operações de SWAP a estas vinculadas. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos não é afetado analisando o registro pelo custo amortizado de tais instrumentos.

Tabela Empréstimos Exterior - Taxa ponderada - R\$ 5,1654

Empresa	Bancos	Contrato	Ptax Contratada	Ptax Fechamento	BRL 31/dez	USD 31/dez	Derivativo BRL 31/dez
IOF	Santander	106741	5,1654	6,1923	88.036	14.217	14.031

27. Cobertura de seguros

O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimonial	386.000	324.000
Responsabilidade civil	50.000	50.000
	436.000	374.000

Saúde do Brasil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

28. Transações que não afetam o caixa

	2024		2023	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Baixa de provisões judiciais, adm., trabalhistas	-	(678)	-	(3.193)
Arrendamentos	-	248	-	5.164
Transação de Capital	-	(865)	-	56
	-	(1.295)	-	2.027

29. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2025, a Companhia realizou a rolagem de uma dívida bancária na modalidade 4131 com o Banco Santander, no montante de R\$ 80 milhões, por meio da emissão de uma FRN. A operação resultou no alongamento de R\$ 34 milhões, transferidos do curto para o longo prazo, a um custo de CDI +3,71% ao ano. Como efeito, houve a melhoria do capital circulante e o perfil de liquidez.